

Editorial

A *Revista da Ajuris* está vinculada ao Centro de Pesquisas “Judiciário, Justiça e Sociedade”, mantido pela Escola Superior da Magistratura/AJURIS, publicando artigos que se enquadrem nas linhas de pesquisa de tal Centro, bem como de seus vários núcleos de estudo.

Nossa revista, ao longo dos seus quase quarenta anos de ininterrupta circulação no ambiente jurídico nacional, sempre primou pela excelência dos artigos publicados, abrangendo temas que passeiam pelo Direito Público e Privado, material e processual, de interesse permanente de todos os operadores jurídicos.

A edição 135 de nossa Revista (Setembro de 2014), que ora chega ao seu público leitor, não se afasta da trajetória que marcou seu sucesso passado. Abrange uma temática diversificada, atual e de interesse permanente.

No campo do **Direito Público**, publicam-se os trabalhos “*Sigilo bancário: A visão do STF sobre o acesso direto pelo fisco sem autorização judicial*”, de Eduardo Cambi e Gustavo Pompílio; “*O cenário internacional de um direito fundamental: A democracia e a crise econômica*”, de Matheus Felipe de Castro e Vinicius Almada Mozetic; “*Limites à responsabilidade subsidiária da administração pública segundo os tribunais superiores*”, de Nilton Carlos de Almeida Coutinho; “*A revisão dos benefícios previdenciários e a decadência à luz do entendimento do STF no Recurso Extraordinário nº 626489/SE*”, de Rafaela da F. Lima Rocha Farache; “*A reparação dos danos coletivos na corte interamericana de direitos humanos*”, de Rosalice Fidalgo Pinheiro e Carlos Giovanni Pinto Portugal; “*O novo regime jurídico das parcerias voluntárias previsto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014*”, de Sílvio Luís Ferreira da Rocha; “*Implicaciones legales de la prestación de servicios de cloud computing. Especial referencia a la protección de datos de carácter personal*”, de Sor Arteaga; “*Da problemática referente ao direito fundamental de moradia no que toca às Áreas de Preservação Permanente (APP) em áreas urbanas de ocupação consolidadas*”, de Felipe Waquil Ferraro; “*Sigilo bancário e fiscalização tributária – Análise crítica do posicionamento adotado pelos ministros do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Medida Cautelar nº 33/PR e Recurso Extraordinário nº 389.808/PR*”, de Fernando Bortolon Massignan; “*Efeitos das decisões do STF em controle difuso de constitucionalidade: Comentários ao julgamento da Reclamação nº 4.335/AC*”, de Taís Schilling Ferraz; “*O fornecimento de medicamento para doenças raras como integrante do direito à saúde*”, de Joseane Ledebrium Gloeckner; “*Os juízes brasileiros e o controle de convencionalidade ambiental*”, de Lídio Modesto da Silva Filho.

Ainda no Direito Público, mas mais especificamente no **Direito Ambiental**, veiculamos os seguintes textos doutrinários: “*Aspectos médicos, bioéticos e jurídicos do uso de material genético na reprodução humana assistida ‘post mortem’ a partir de*

um estudo casuístico”, de Leonardo Stoll de Moraes e Márcia Santana Fernandes; *“O risco alimentar na contemporaneidade: Uma análise do quadro epidêmico da diabetes à luz dos princípios constitucionais para promoção da proteção ambiental em prol da saúde pública”*, de Maria Claudia Crespo Brauner e Karina Morgana Furlan.

No âmbito do **Direito Processual**, publicamos dois artigos: *“O ajuizamento da execução fiscal e a interrupção da prescrição (artigo 174, parágrafo único, I, do CTN e o seu efeito ‘secundum eventum citationis’)*”, de Cássio Benvenuti de Castro; e *“A disciplina dos agravos no projeto do novo Código de Processo Civil”*, de Marco Félix Jobim e Fabrício de Farias Carvalho. Nas próximas edições haverá um aumento dos artigos dedicados a este ramo do direito, em razão do iminente novo diploma processual civil.

Na área do **Direito Privado** comparecem os artigos *“Desmaterialização e imaterialização dos títulos de crédito do agronegócio e a sua executividade”*, de Jean Carlos Fernandes e Alejandro Melo Toledo; *“Interpretação dos contratos empresariais – Sem fobia e sem idolatria”*, de Ricardo Lupion.

E não poderíamos deixar de incluir artigos de teor mais reflexivo, envolvendo as áreas da **hermenêutica** e **teoria crítica**, como é o caso dos seguintes artigos: *“Os limites semânticos e sua importância na e para a democracia”*, de Lenio Luiz Streck; *“Em busca de um telos social: Uma análise a partir de John Rawls, Alasdair Macintyre e Francisco de Assis”*, de Plínio Valente Ramos Neto; e *“Lógica, direito processual, decadência do positivismo e o ressurgimento da retórica em perspectiva histórico-jurisdicional”*, de Alexandre Freire Pimentel.

Representando a área da reflexão **penal**, apresentamos o texto de Bruna Köche, *“Crime, culpa e expiação: Secularização do direito penal e a herança da moral religiosa na punição”*.

Como o leitor pode verificar, apesar da diversidade temática, todos os artigos são de permanente atualidade.

Aos nossos fiéis leitores, desejamos uma proveitosa leitura.

Ingo Wolfgang Sarlet,
Diretor da Revista

Eugênio Facchini Neto,
Coordenador do Conselho Editorial